

Data: 08/04/2021

Duração: 2h

Videoconferência

**Ata da 3ª Reunião Ordinária
Conselho Estadual de Previdência**

Reunião solicitada por:	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva	Tipo de reunião:	Ordinária
Condução:	Ana Rita Dopazo Antonio José Lourenço	Redator da Ata:	Nadia Rocha
Conselheiros:	Ana Rita Dopazo Antonio José Lourenço – Procuradora-Chefe do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente) Thainná Magalhães de Alencar – Representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará (Membro Suplente) Ivan Silveira da Costa – Representante do Ministério Público de Estado do Pará (Membro Titular) Sandra Suely Silva dos Santos – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Suplente) Adriana Franco Borges Gouveia – Representante da Procuradoria Geral do Estado do Pará (Membro Titular) Maria José Santa Maria Moraes – Representante do Sindicato dos Delegados de Polícia do Pará (Membro Titular) Carlos Evandro Moraes Palheta – Representante do Sindicato dos Servidores da Execução das Medidas Socioeducativas do Estado do Pará (Membro Titular)		
Assunto:	Abertura		
Observada a existência de quórum, foi declarada aberta terceira Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Previdência, por videoconferência, procedida pela Procuradora-Chefe do IGEPREV, Ana Rita Dopazo.			
Pauta:	Relatório Mensal de Investimentos – Fevereiro/2021	Relator:	Kelly Silva
A Procuradora-Chefe do IGEPREV, Ana Rita Dopazo, iniciou a sessão informando que a Coordenadora do Núcleo Gestor de Investimentos, Kelly Silva, fará a apresentação do Relatório Mensal de Investimentos do IGEPREV, referente ao mês de fevereiro de 2021. A Coordenadora iniciou informando que a Meta Atuarial no mês de fevereiro foi de 1,11% (um vírgula onze por cento), expondo, também, a Evolução do Patrimônio Líquido das Carteiras, onde o FUNPREV apresentou o Patrimônio Líquido de R\$4.218.463.132,58 (quatro bilhões, duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos) e o FINANPREV apresentou o Patrimônio Líquido de R\$183.150.722,31 (cento e oitenta e três milhões, cento e cinquenta mil, setecentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos). Quanto às aplicações, a Coordenadora ressaltou que a arrecadação previdenciária foi de R\$1.627.203,71 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, duzentos e três reais e setenta e um centavos), que o recurso de amortizações foi de R\$9.984.545,90 (nove milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos), a realocação estratégica foi de R\$335.032.349,99 (trezentos e trinta e cinco milhões, trinta e dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos) e a realocação por desenquadramento foi de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões), totalizando R\$381.644.099,60 (trezentos e oitenta e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, noventa e nove reais e sessenta centavos). No que tange aos resgates, a Coordenadoria informou que a realocação estratégica e por desenquadramento teve os mesmos valores das aplicações, totalizando R\$370.032.349,99 (trezentos e setenta milhões, trinta e dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos). Em seguida, a Coordenadora apresentou a distribuição de recursos por benchmarking, destacando que houve uma			

pequena diminuição no valor dos recursos aplicados em renda fixa, que caíram de um percentual de 80,93% para 78,37% no mês de fevereiro, e consequente aumento no valor dos recursos aplicados em renda variável, que saltaram de 19,07% para 21,63%, ponderando que a equipe de investimentos estima que os recursos aplicados em renda variável tenham um bom desempenho e melhorem até final do ano de 2021 com a expectativa do fim da pandemia de COVID-19. A Coordenadora apresentou também a tabela descritiva das aplicações e resgates realizadas no mês de fevereiro, tanto na Carteira do FUNPREV como do FINANPREV, pontuando que tais informações estão descritas na íntegra do Relatório de Investimentos enviado ao Colegiado com antecedência. A Coordenadora ressaltou que no mês de fevereiro não houve transferência de recursos do FUNPREV para o FINANPREV, uma vez que não houve rendimento da carteira FUNPREV nos meses de janeiro e fevereiro de 2021. A Coordenadora apresentou ainda o gráfico de evolução de patrimônio líquido do FUNPREV e FINANPREV, salientando que o rendimento de ambas as carteiras foi negativo no mês de fevereiro. A Coordenadora informou que a Distribuição de Recursos por Seguimento na Carteira do FUNPREV foi de 78,4% (setenta e oito vírgula quatro por cento) em Renda Fixa e 21,6% (vinte e um vírgula seis por cento) em Renda Variável. Quanto ao FINANPREV, o analista informou que a Distribuição de Recursos por Seguimento foi de 100% (cem por cento) em Renda Fixa, uma vez que os recursos constantes no FINANPREV são provenientes da arrecadação dos Poderes e podem ser solicitados a qualquer momento, o que justifica suas aplicações em fundos de renda fixa com liquidez diária.. Quanto à distribuição de recursos por instituição financeira, a Coordenadora informou que no mês de fevereiro/2021 os destaques foram Banco do Brasil com 28,83% (vinte e oito vírgula oitenta e três por cento), Caixa Econômica Federal com 29,32% (vinte e nove vírgula trinta e dois por cento) e Itaú com 21,93% (vinte e um vírgula noventa e três por cento). A Coordenadora salientou que a participação por Fundo Previdenciário foi de 95,32% (noventa e cinco vírgula trinta e dois por cento) no FUNPREV e de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) no FINANPREV. Na Conjuntura Econômica do mês de fevereiro, a Coordenadora destacou a trajetória da taxa de juros e da inflação se tornaram o principal tema do cenário global, junto o dilema de crescimento econômico e inflação sem controle. Salientou que, para os mercados e sociedades, vencer a COVID-19 é a estratégia econômica e política dominante. Quando ao Brasil, a Coordenadora informou que o avanço da COVID-19, o atraso da vacinação, a limitação do portfólio de vacinas disponíveis, o possível colapso do sistema de saúde e a descoordenação do combate ao Coronavírus tornam a missão de normalização da vida econômica no país ainda mais difícil. A Coordenadora apresentou também a performance dos índices de referência de renda fixa e renda variável, demonstrando que apenas dois índices tiveram sua meta positiva, contudo ainda abaixo da meta atuarial do mês de fevereiro. A Coordenadora informou que o desempenho do FUNPREV por estratégia foi de -0,59% (menos zero vírgula cinquenta e nove por cento) e a contribuição em renda fixa foi de -0,75% (menos zero vírgula setenta e cinco por cento), ressaltando que, apesar de todas as estratégias estarem no terreno negativo, a alocação dinâmica cumpriu seu papel de segurar a volatilidade, acomodando com a menor queda. Já a contribuição em renda variável foi de +0,18% (mais zero vírgula dezoito por cento), com os estruturados diversificando o risco com ativos na economia real em destaque, Bolsa Internacional, Multimercado Exterior em dólar e Multimercado Brasil positivo com a Bolsa Brasil em forte queda. Quanto às perspectivas, a Coordenadora informou que a ausência de alternativas com rendimento real positivo impõe a atratividade dos ativos de risco para o cumprimento da meta atuarial, com a adição ao portfólio de gestão ativa e diversificação em classes de ativos, estratégias, geografias e moedas. Por fim, a Coordenadora apresentou as faixas de alocação dos recursos em 2021 quanto ao gerenciamento de risco, ressaltando que todas as estratégias obedecem às determinações da Política de Investimentos de 2021. A Procuradora-Chefe do IGEPREV questionou ao Colegiado se possuíam alguma dúvida relacionada ao Relatório. A Conselheira Thainná Alencar informou que compreende a apresentação realizada pelo Núcleo de Investimentos do IGEPREV, contudo acredita ser necessário que o Conselho seja capacitado em investimentos, para de fato deliberar sobre o tema. Ponderou que já foi solicitado ao IGEPREV um curso de certificação CPA-10 para os Conselheiros, e que até o momento não receberam um posicionamento quanto

à realização do curso. A Procuradora-Chefe Ana Rita Dopazo sugeriu que uma nova solicitação formal, em nome do Conselho, seja enviada à Presidência do IGEPREV reforçando o pedido.

Deliberação:	Os Conselheiros deliberaram pela aprovação do Relatório Mensal de Investimentos, referente ao mês de fevereiro de 2021, solicitando que uma cópia da ata de reunião seja encaminhada à Presidência do IGEPREV a fim de reiterar o pedido de inscrição dos Conselheiros em curso de Certificação CPA-10.
---------------------	---

Pauta:	Avaliação Atuarial	Relator:	Mário Rattes
---------------	---------------------------	-----------------	--------------

A Procuradora-Chefe do IGEPREV informou que o Técnico em Estatística e Atuária do Instituto fará a apresentação da Avaliação Atuarial de 2021, juntamente com o Atuário Mário Rattes, da Vesting Consultoria. O Atuário Mário Rattes iniciou a apresentação informando que a avaliação é realizada usando como data base 31 de dezembro de 2020, levando em consideração os dois planos financeiros e a segregação de massas, bem como os benefícios de aposentadorias e pensões. O Atuário ressaltou que a avaliação contempla os dados de todos os servidores ativos e inativos e pensionistas, e seus respectivos dependentes, vinculados ao RPPS, de todos os poderes, entidades e órgãos do ente federativo. Salientou que os documentos, bancos de dados e informações que deram suporte à avaliação e reavaliações atuariais permanecem arquivados na unidade gestora do RPPS, e podem ser solicitados pela SRPPS a qualquer tempo. Informou ainda que é importante manter a base de dados atualizada para que os resultados possam refletir adequadamente as obrigações atuariais do RPPS. Ponderou que avaliação é segregada de acordo com o vínculo de cobertura (RPPS Civil e SPS Militar). O Atuário apresentou os números de ativos, aposentados e pensionistas do FINANPREV, nos anos de 2019 e 2020, descrevendo a quantidade, idade atual e valor do benefício/salário. Quanto ao FUNPREV, o Atuário apresentou os números de ativos e pensionistas, nos anos de 2019 e 2020, descrevendo também a quantidade, idade atual e valor do benefício/salário. O Atuário apresentou as hipóteses atuariais para o FINANPREV e FUNPREV, de acordo com os dados dos Demonstrativos de Resultado da Avaliação Atuarial de 2020 e 2021, ressaltando que as hipóteses continuam as mesmas de 2020 em relação a 2021. Dentre as hipóteses avaliadas estão a mortalidade de válidos, mortalidade de inválidos, entrada em invalidez, novos entrados, família média, taxa de juros, taxa de crescimento real dos salários por mérito, taxa de crescimento real dos salários por produtividade, taxa de crescimento real dos benefícios, fator de determinação do valor real dos salários, fator de determinação do valor real dos benefícios e idade de início da fase de contribuição. O Atuário apresentou também os regimes financeiros para os benefícios do FUNPREV e FINANPREV, de acordo com os dados dos Demonstrativos de Resultado da Avaliação Atuarial de 2020 e 2021, ressaltando que os regimes continuam os mesmos de 2020 em relação a 2021. Dentre os benefícios avaliados estão a aposentadoria programada, pensão de aposentadoria programada, aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho e pensão de ativo. O Atuário apresentou também os resultados do FUNPREV e FINANPREV, de acordo com os dados dos Demonstrativos de Resultado da Avaliação Atuarial de 2020 e 2021. Quanto aos Planos de Custeio de 2021, o Atuário informou que o no Plano Financeiro a contribuição do Estado é de 23% (civil), a contribuição do servidor ativo é de 145, a contribuição do inativo é 14% sobre o excesso do teto do RGPS e a contribuição do pensionista é 14% sobre o excesso do teto do RGPS. No que tange ao Plano Previdenciário, informou que a contribuição do Estado é de 145, a contribuição do servidor ativo é 14%, a contribuição do inativo civil é 14% sobre o excesso do teto do RGPS e a contribuição do pensionista civil é 14% sobre o excesso do teto do RGPS. O Atuário apresentou também os dados do Sistema de Proteção Social dos Militares, contemplando os números de ativos, aposentados e pensionistas do FINANPREV, nos anos de 2019 e 2020, descrevendo a quantidade, idade atual e valor do benefício/salário e do FUNPREV, contemplando os números de ativos e inativos, nos anos de 2019 e 2020, descrevendo também a quantidade, idade atual e valor do benefício/salário. O Atuário apresentou também as hipóteses atuariais do Sistema de Proteção Social dos Militares do FUNPREV e FINANPREV, bem como os regimes financeiros e resultados, de acordo com os Demonstrativos de Resultado da Avaliação Atuarial de 2020 e 2021. Quanto aos Planos de Custeio de 2021

para o Sistema de Proteção Social dos Militares, o Atuário informou que no Plano Financeiro a contribuição do militar ativo é 10,50%, dos inativos e pensionistas é 10,50% e aportes do estado para custeio da folha de benefícios. Quanto ao Plano Previdenciário, o atuário informou que a contribuição do militar ativo é 10,50%, bem como dos inativos e pensionistas sobre a totalidade dos benefícios e aportes do estado para custeio da folha de benefícios. O Atuário encerrou sua apresentação, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Deliberação:	Os Conselheiros aprovaram a Avaliação Atuarial, agradecendo ao Atuário pela apresentação, ressaltando que foi bastante clara e concisa.
---------------------	---

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do IGEPREV deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Nadia Patricia da Silva Rocha, Secretária de Conselho do IGEPREV, lavrei a presente ata, que será assinada pelos membros do Conselho Estadual de Previdência.

Belém, 08 de abril de 2021.

Ana Rita Dopazo Antonio José Lourenço

Procuradora-Chefe do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente)

Thainná Magalhães de Alencar

Representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará (Membro Suplente)

Ivan Silveira da Costa

Representante do Ministério Público de Estado do Pará (Membro Titular)

Sandra Suely Silva dos Santos

Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Suplente)

Adriana Franco Borges Gouveia

Representante da Procuradoria Geral do Estado do Pará (Membro Titular)

Maria José Santa Maria Moraes

Representante do Sindicato dos Delegados de Polícia do Pará (Membro Titular)

Carlos Evandro Moraes Palheta

Representante do Sindicato dos Servidores da Execução das Medidas Socioeducativas do Estado do Pará (Membro Titular)